

## O USO DO MAPEAMENTO CULTURAL COMO FERRAMENTA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTORIOGRAFIA DOS POVOS INDÍGENAS A PARTIR DO Povo KAPINAWÁ

*The use of cultural mapping as a tool for building a historiography of Indigenous Peoples from the Kapinawá People*

Jaelson Gomes de Andrade Pereira

Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA), Arcoverde, PE, Brasil

### Resumo

O presente artigo propõe uma análise de um material produzido por indígenas do povo Kapinawá em parceria com Centro Luiz Freire e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, intitulado de “O tempo e a Terra: mapeando o território indígena Kapinawá”. O estudo analisa o mapeamento cultural como ferramenta para a construção e divulgação dos indígenas na história do Brasil, e em específico do Nordeste. A pesquisa parte de um recorte bibliográfico com autores que dedicaram parte de suas pesquisas aos kapinawá e ao mapeamento cultural, como ANDRADE (2014), BARBOSA (1987) e SAMPAIO (1995; 1997), assim como autores que questionam o fazer historiográfico como NAVARRETE LINARES (2020). O artigo está estruturado em três seções, na primeira apresentamos resumidamente o Povo Kapinawá. Na sequência, trabalhamos os conceitos de mapeamento cultural, localidade indígena e territorialidade, buscando a aproximação destes com a ciência histórica. Por último, analisamos a obra citada, procurando nela elementos de uma historiografia que considere e contribua para o entendimento das complexidades próprias dos povos originários, em específico dos kapinawá. Acreditamos que a metodologia do mapeamento cultural contribui consideravelmente para um pensamento e afirmação histórica dos povos indígenas no Brasil.

**Palavras-Chave:** Indígenas Kapinawá; Mapeamento Cultural; Historiografia.

### Abstract

This article aims to analyze material produced by indigenous people of the Kapinawá people in partnership with the Luiz Freire Center and the National Policy for Territorial and Environmental Management in Indigenous Lands, called “Time and Earth: mapping indigenous territory Kapinawá”. Analyzing cultural mapping as a tool for the construction and dissemination of indigenous people in the history of Brazil, and specifically the Northeast. We start from a bibliographical selection with authors who dedicated part of their research to the Kapinawá and cultural mapping, such as ANDRADE (2014), BARBOSA (1987) and SAMPAIO (1995; 1997), as well as authors who question historiographical practice such as NAVARRETE LINARES (2020). We consider three sections, in the first we briefly present the Kapinawá People. Next, we work on the concepts of cultural mapping, indigenous locality and territoriality, seeking to bring these closer to historical science. Finally, we analyze the aforementioned work, looking for elements of a historiography that considers and contributes to the understanding of the complexities inherent to the original peoples, specifically the Kapinawá. We believe that the cultural mapping methodology contributes considerably to the historical thinking and affirmation of indigenous peoples in Brazil.

**Keywords:** Kapinawá Indigenous People; Cultural Mapping; Historiography.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo nasce da necessidade de pensar novas estratégias para compreensão e construção de uma história dos povos indígenas no Brasil, principalmente no Nordeste. Escolhemos os indígenas Kapinawá, apreciando e analisando um material construído por eles em parceria com o Centro Luiz Freire e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, intitulado de “O tempo e a Terra: mapeando o território indígena Kapinawá”. O material traz a lógica do mapeamento cultural como ferramenta para a compreensão e estabelecimento de parte da história desse povo.

Partindo de uma análise bibliográfica que inclui autores que debatem a temática das questões de mapeamento e história kapinawá como Andrade (2014), Barbosa (1987), SAMPAIO (1995; 1997). Além de um debate contínuo com autores questionadores da historiografia, como Braudel (2014), Koselleck (2014), e com autores que nos propõem alternativas epistemológicas para o campo historiográfico como Navarrete Linares (2020), Lopes e Beltrão (2017), bem como estudiosos da história indígena no Brasil e no mundo como Moreira (2023), Almeida (2012), Kaiapó (2012) e Mura (2016). Consideramos a análise de conteúdo de Bardin (2004), para questionar o material escolhido.

O texto está dividido em três partes. Na primeira delas, apresentamos resumidamente, o Povo Kapinawá em Pernambuco. Na sequência, nos debruçamos sobre os conceitos de Mapeamento cultural, localidade indígena e territorialidade ou territorialização, articulando-os com a ciência histórica. Por último, analisamos a obra citada, procurando nela onde é possível refletir para um pensamento historiográfico que considere e contribua para o entendimento das complexidades próprias dos povos originários.

## OS KAPINAWÁ

Seu território localiza-se a 308 km da capital pernambucana, situados entre o Agreste e o Sertão Pernambucano, divididos entre os municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim. Seus habitantes são descendentes diretos dos indígenas que habitavam o antigo aldeamento dos Macacos. Segundo o último censo do IBGE 2021-2022, o povo Kapinawá possui uma população de 1.491 indígenas, dado questionado por esse povo.

O território hoje é composto por 28 aldeias, com 12.403 hectares demarcados, homologados e “desentrusados”, restando outras partes fora dos limites geográficos da área, que o povo se mobiliza para ser regularizada. Como importante marco histórico, destaca-se o episódio do “corte dos arames”, que remete a um período em que os Kapinawá tiveram que resistir às sucessivas invasões no seu território. Os fazendeiros cercavam as terras do povo com arame farpado, e os indígenas cortavam e queimavam essas cercas. (Andrade, 2014).

Em 1998, a terra indígena foi homologada, mas diversas famílias ficaram de fora do perímetro. Assim, os indígenas reivindicam até hoje um novo estudo sobre a terra para incluir quem ficou de fora. Logo, uma análise de territorialidade/territorialização, bem como um mapeamento sociocultural, se faz urgente, como passo para reconhecimento e demarcação dessas outras ramas. Assim, como tantos povos indígenas pelo Brasil, principalmente no Nordeste, mobilizaram-se por uma (re)existência, como disse Georges Balandier, “de repente as sociedades estimadas estáticas ou congeladas na repetição se abriram à mudança ou à revolução reencontraram uma história; cessaram de pertencer à ordem da passividade e dos objetos” (Balandier, 1993, p. 127) e tornaram-se protagonistas de sua própria história.

## LOCALIDADE, TERRITORIALIDADE E O MAPEAMENTO CULTURAL PARA UM PENSAMENTO HISTORIOGRÁFICO

Não é de agora que a historiografia é questionada em relação ao seu lugar enquanto ciência. Em distintos momentos, ela se afastou ou se aproximou de outras visões do social, como a antropologia, sociologia ou geografia, percebendo como estas podem colaborar para um maior entendimento do fenômeno histórico. No entanto, lembrando Braudel (2014), que questionando o estruturalismo de Strauss, exigiu o lugar, a importância da história como fundamentadora de todas as outras ciências sociais. Questionava sobre a importância do tempo e suas marcações e como a história os comprehendia, nessa linha o mapeamento cultural, permitindo a constituição de uma linha temporal, torna-se campo historiográfico.

Nessa perspectiva, o mapeamento cultural ou social como uma cartografia que considera inclusive, a constituição histórica dos sujeitos, somando-se a aplicação de conceitos como localidade e territorialidade, tornam-se fundamentais para construção de uma historiografia dos povos originários. Reinhart Koselleck considerava a necessidade da história de se apoiar em outras perspectivas das ciências sociais, evidentemente sem abdicar da

excelência e exigência historiográfica, afirmava que precisávamos “nos conscientizar de que dependemos de teorias, aceitando o desafio de uma exigência de teoria se quisermos que a ciência da história continue a se definir como ciência.” (Koselleck, 2014, p. 277). O mapeamento cultural se constitui como uma ferramenta potencial para compreensão historiográfica da complexidade dos povos indígenas, principalmente para aqueles que têm suas histórias num espaço de tempo presente, permitindo visualizar e documentar culturas, territórios e territorialidades, práticas sociais, linguagem entre outros aspectos de cada grupo. (ACT Brasil, 2008).

O que corrobora com as novas abordagens sobre o pensar e fazer historiográfico, direcionada às complexidades das histórias silenciadas pela lógica da modernidade, como o que é proposto por Navarrete Linares (2020) em sua “cosmo-história”, segundo o autor esta perspectiva teria a capacidade de reconhecer a existência de múltiplas condições históricas, que produzem e reproduzem em tempos e espaços únicos, com diversos protagonistas e concebem formas alternativas para as mudanças e permanência na história. Abrindo espaço para que os silenciamentos sejam “dessilenciados” e exijam a cena e pertencimento social.

Enquanto aspectos metodológicos, o mapeamento cultural se aproxima de técnicas comuns à ciência histórica, como as entrevistas e a história oral, estabelecendo-se a partir dos relatos da comunidade sobre práticas, histórias e vivências. Dentre suas possibilidades, destaca-se a dimensão da construção participativa, de maneira colaborativa, identificando os territórios, bem como suas territorialidades, como os próprios sujeitos do povo.

A produção de mapas sobre a localização de povos indígenas esteve presente na historiografia brasileira ao longo do tempo. O trabalho de Curt Nimuendaju, pesquisador alemão, intitulado “Mapa Etno-histórico”, pode ser apontado como marco dessas representações, ao relacionar o mapeamento do território brasileiro às localizações antigas e atuais das etnias, a partir de relatos de viajantes, relatórios oficiais, ao tempo que considerou as memórias, as oralidades, as presenças dos povos (Barbosa, 1987). O trabalho do pesquisador se tornou importantíssimo, uma referência para o estudo dos indígenas no Brasil.

Uma das problemáticas relacionadas ao mapeamento dos povos nativos do passado e do presente, está na conceituação de “localidade”, as instituições responsáveis pelos senso, atribuíram por muito tempo a lógica urbana e/ou eurocentrada para determinar os espaços

indígenas, o que não compreendia a complexidade da presença nativa em relação aos espaços que ocupavam ou ocupam, ou seja, existiam lugares de habitação, de sobrevivência (caça, pesca, coleta e agricultura), bem como locais sagrados, cuja delimitação estaria no campo das subjetividades, dos “encantados”. E mesmo aquilo que diz respeito às Vilas Pombalinas ou “Lugares de índios”, somente a pouco, a partir do trabalho do grupo de estudo VIP (Vilas Pombalinas), liderado pela historiadora Vânia Moreira, utilizando a técnica da pesquisa em rede colaborativa, que estão desenvolvendo mapas dessas vilas. O trabalho partiu de informações oficiais, “cruzando dados de diferentes fontes e, quando possível, colando os marcos no mapa em pontos ainda existentes na paisagem atual, como igrejas e capelas que pertenciam às povoações indígenas” (Moreira, 2023, p. 245). Dessa forma, constrói-se um conhecimento acadêmico e didático, demonstrando a importância da metodologia para a ciência histórica.

Em meados da década de 1940, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE definia o termo “localidade”, que seria entendido por muito tempo como “todo lugar do território nacional onde há um aglomerado permanente de habitantes” (IBGE, 1944, p. 264). Essa premissa foi utilizada, da mesma forma até o censo de 2010. (IBGE, 2016). No entanto, Marcelo Lopes de Souza elucida que ‘localidade’ ocuparia um espaço conceitual maior, ligado, desde as dimensões cartográficas, à representação de estruturas político-administrativas, significando tanto o domínio e a denominação de propriedade, quanto as “localizações significativas”, onde estariam as espacialidades vividas e percebidas, onde a vida acontece (Souza, 2013).

No decorrer da década de 2010, o conceito de localidade mudou, principalmente quando aos órgãos públicos foram questionados sobre o lugar de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, que passaram a considerar muito mais que o espaço geográfico em si, mas também, os espaços de diferenciação, os chamados locais não-zonais, para muito além da concepção de lugar (Souza, 2013). Localidade, então, passou a ser entendida “como campo de possibilidades e como referência geográfica que pode, a depender do suporte metodológico adotado, comunicar a diversidade territorial. Trata-se de um conceito de referenciação espacial, de aglutinação identitária, mas que também se expande para abranger a manifestação da diferença” (Damasco; Antunes, 2020, p. 10). Dessa leitura, “localidade indígena” ou quilombola seria um conceito, segundo o IBGE, “geográfico-antropológico-

estatístico”, ao qual acrescentamos, sem muito esforço, histórico. Explicado por um conjunto de arranjos territoriais habitados, perene ou não perenemente, por pessoas declaradas indígenas (ou quilombolas).

Aliado a essa nova concepção – necessária – de localidade, outro conceito acentua a importância das cartografias sociais, o de “territorialidade”. Este aparece no âmbito de outras ciências para além da geografia, como antropologia, sociologia, psicologia social e na ciência histórica. Trata-se de uma noção de pertencimento territorial construído historicamente, que estaria ligado a dimensões socioculturais.

Ela é representada por um padrão de comportamento de uma pessoa ou grupo, que se manifesta na necessidade de controle, proteção e garantia de um determinado espaço físico, local, ou até uma ideia, caso de espaços e condições de sagrado, no âmbito religioso, referindo-se às orientações e ações em um determinado território, onde o poder religioso age para aquele grupo. Daniele Colucci e Marcos Souto nos explicam que

A territorialidade aparece como o atributo físico-social que fomenta a efetivação do território. Ela nos permite focalizar a coexistência de diferentes especificidades sociais e, não necessariamente, físico-naturais. Deste modo, as territorialidades delimitam extensões do espaço nas quais as relações de poder antes consolidadas sofrem diluições, por assim dizer, e perdem sua funcionalidade (Colucci; Souto, 2011, p. 118).

Compreende-se que territorialidade está para além de um espaço físico, ultrapassa esse sentido, colocando-se como ferramenta necessária ao entendimento das histórias e complexidades dos povos originários. Sendo esse ponto o que veremos quando analisamos o trabalho realizado pelo povo Kapinawá em Pernambuco, com a colaboração do Centro de Cultura Luiz Freire.

Analisaremos a importância do mapeamento cultural a partir da obra “O tempo e a Terra: mapeando o território indígena Kapinawá”, construída pelos indígenas em parceria com Centro de Cultural Luiz Freire, dentro do projeto Plano de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA da Terra Indígena Kapinawá, entre os anos de 2015 e 2016, sendo lançado em 2017 (Andrade; Dantas, 2017).

O material é subdividido em cinco partes, sendo: 1. Políticas Públicas e Infraestrutura; 2. Histórico e Situação Fundiária; 3. O Tempo e a Terra; 4. Território e Tradição; e 5. Aldeias de Ibimirim. A obra traz a história e cultura do povo kapinawá de maneira didática e significativa, considerando que sua construção foi feita “por muitas mãos”, por oficineiros da CCLF (Centro de Cultural Luiz Freire), por indigenistas, pesquisadores da história e antropologia kapinawá, e, principalmente, por pesquisadores indígenas kapinawá, com pelo menos uma representação de cada aldeia, por eles organizada em três núcleos de pesquisa e suas representações:

**NÚCLEO SUL – Mina Grande:** Ailson Beserra da Silva, Eliece Maria Monteiro da Silva, Joseane Calisto Veríssimo; **Julião:** Leandro Gomes do Nascimento, Macilio Rodrigues da Conceição. **NÚCLEO OESTE – Ferrão:** José Cícero de Oliveira; **Mudubim:** Benedito Barboza de Sousa; **Quiridalho:** Maria Patrícia Bezerra da Silva; **Santa Rosa:** Jucelino Chaves da Silva. **NÚCLEO NORTE – Batinga:** Ed Carlos Bezerra Cavalcante; **Malhador:** Andréia Gomes dos Santos, José Ronaldo França Siqueira, Maria do Socorro França Siqueira; **Riachinho:** Fábio de Moura da Silva. (Andrade; Dantas, 2017, p. 2).

Conseguindo, a partir dessa cartografia colaborativa, um material rico à historiografia kapinawá, extremamente importante para os não-indígenas, sejam estudantes que precisam da temática em sala de aula devido à Lei. 11645/08<sup>1</sup>, seja para pesquisadores que almejam compreender um pouco da complexidade desse povo.

---

<sup>1</sup> A Lei nº 11.645/08 é uma lei brasileira que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. A lei foi sancionada em 10 de março de 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso: 31 Jan 2025.

## HISTÓRIA E CULTURA KAPINAWÁ A PARTIR DA TÉCNICA DO MAPEAMENTO CULTURAL

Figura 01: Capa do livro: O tempo e a Terra: mapeando o território indígena Kapinawá.



Fonte: Adaptado de [http://cclf.org.br/wp-content/uploads/2018/08/2017\\_O-tempo-e-a-terra\\_mapeamento-kap.pdf](http://cclf.org.br/wp-content/uploads/2018/08/2017_O-tempo-e-a-terra_mapeamento-kap.pdf)

Os povos originários, tradicionais e marginalizados perceberam e ocuparam os espaços da cartografia, entendendo que este sempre foi usado pela lógica do dominante, que no passado negou seus territórios e que, no presente, atentam contra direitos adquiridos, contra a mobilização centenária e ancestral, a exemplo do que está proposto com o “marco temporal”<sup>2</sup>. Na resistência a essas manobras, as comunidades produziram/produzem seus próprios mapas, demarcando sua territorialidade/territorialização e registrando o que a terra significa para elas. O que é reflexo de uma nova historiografia para povos indígenas, que emerge principalmente após Carta de 1988, como colocou a historiadora Maria Regina C. de Almeida, quando analisou que, contrariamente ao que acontecia desde o século XIX, o

<sup>2</sup> O Marco Temporal é uma tese jurídica que defende que os povos indígenas só têm direito à demarcação de suas terras tradicionais se estivessem ocupando essas terras em 5 de outubro de 1988, data da publicação da Constituição Federal do Brasil. Segundo essa tese, as terras que estavam desocupadas ou ocupadas por outras pessoas naquela data não podem ser demarcadas como terras indígenas. Esses territórios podem ser considerados propriedade de particulares ou do Estado, e não mais dos povos originários que a habitam. Para saber mais, acesse: [https://apiboficial.org/files/2023/09/marcotemporal\\_cartilha\\_v10\\_tela.pdf](https://apiboficial.org/files/2023/09/marcotemporal_cartilha_v10_tela.pdf).

protagonismo, a presença e exigência dos próprios povos os colocaram na cena, segundo a autora:

Desde a década de 1990, os historiadores no Brasil têm se voltado para o estudo dos índios, valorizando-os como sujeitos dos processos históricos por eles vivenciados. Com base em abordagens interdisciplinares, as pesquisas atuais centram o foco da análise nos próprios índios e identificam suas formas de compreensão e seus objetivos nas várias situações de contato por eles vividas, levando em conta os interesses e significados diversos das atuações políticas, socioeconômicas e culturais dos vários atores em contato. (Almeida, 2012, p. 22-23).

Nessa perspectiva, destacamos que a produção desse material, que aqui será apresentado, se deu a partir desse contexto: da exigência do reconhecimento da existência. Povos indígenas de todo o país iniciaram ações e estratégias de mapeamento, onde suas opiniões fossem colocadas. Alinhados à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), povos do nordeste, como os kapinawá, desenvolveram seus Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), buscando, a partir de um mapeamento participativo, garantir seu lugar na cartografia e na história (Andrade; Dantas, 2018).

Faremos nossas considerações baseados na obra, no que nela encontramos e onde, do ponto de vista historiográfico, existe a contribuição para a complexidade das histórias dos povos indígenas. Evidentemente, não nos propomos a um esvaziamento, uma análise absoluta, haja vista a diversidade de possibilidades nela encontrada. Na primeira parte do livro são apresentados dados gerais sobre a população e o acesso à políticas públicas e infraestrutura, com informações sobre o povo Kapinawá e seu território: dados populacionais; sobre o acesso à terra; serviços de educação, saúde e comunicação.

Figura 02: Mapa do Território Indígena Kapinawá



Fonte: O tempo e a Terra: mapeando o território indígena Kapinawá (2017, p. 15)

Um ponto de reflexão que aqui destacamos diz respeito ao número de indígenas contabilizados pelos órgãos oficiais, por exemplo, o censo de 2021-2022 (IBGE, 2022) assinala 1.461 indivíduos kapinawá. Porém, os indígenas não admitem esse quantitativo e argumentam, com base em seus dados internos, nos registros dos agentes de saúde, ou censo escolar, por exemplo, que esse número é significativamente maior, aproximando-se de 2.500 indígenas morando no TI<sup>3</sup>, sem contar com as famílias que estão em áreas ainda em processo de regulamentação, estimadas em cerca de 139 famílias (Andrade; Dantas, 2017).

Duas questões são evidenciadas nesse enunciado: A primeira é que existe, ainda hoje, uma tentativa de apagamento da presença indígena no Brasil. Os órgãos governamentais — aqui destacamos a necropolítica<sup>4</sup> do governo Bolsonaro (2019 – 2022), aliado à pandemia da COVID-19 — dizimaram grande parcela da população indígena no país e, ardilosamente, tentaram calar a existência da parcela que sobreviveu. Como alertou João Pacheco Oliveira,

<sup>3</sup> Território Indígena.

<sup>4</sup> Entendemos a necropolítica partindo do que define Achille Mbembe (2018) como sendo o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Com base no biopoder e em suas tecnologias de controlar populações, o “deixar morrer” se torna aceitável. Mas não é aceitável a todos os corpos. O corpo a ser exterminado é aquele que está em risco de morte a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial da raça.

os indígenas foram invisibilizados em conjunturas políticas e ideológicas desfavoráveis. (Oliveira, 2016).

A segunda questão é que o protagonismo indígena se faz presente, partindo de uma ação colaborativa, que apresenta a realidade dos povos e aldeias, documentando e produzindo um conhecimento real, num material que pode contrapor a lógica de apagamento promovida pelos órgãos oficiais. Isso se confirma quando pensamos a pesquisa da professora Mariana Dantas, que, ao analisar o lugar dos indígenas na historiografia, confirma o processo de invisibilidade e negação de suas existências. Ao tempo, partindo da reflexão sobre a História do Tempo Presente (HTP), ela aponta a necessidade de aproximação e participação direta dos atores com a pesquisa, diz “que os sujeitos e atores estudados podem se transformar, eles próprios, em pesquisadores das situações nas quais participam, contribuindo de maneira significativa para mudar visões de história dos pesquisadores envolvidos no estudo” (Dantas, 2022, p. 346). Corroborando ainda com o pensamento de Alessandra Seixlack, que aponta: “temos muito a aprender com (e não sobre) as epistemologias indígenas se quisermos compreender a pluralidade de historicidades e agenciamentos que conformam esse novo ator-político chamado Terrestre.” (Seixlack, 2023, p. 738). Nesse quadro, podemos enxergar o mapeamento cultural colaborativo.

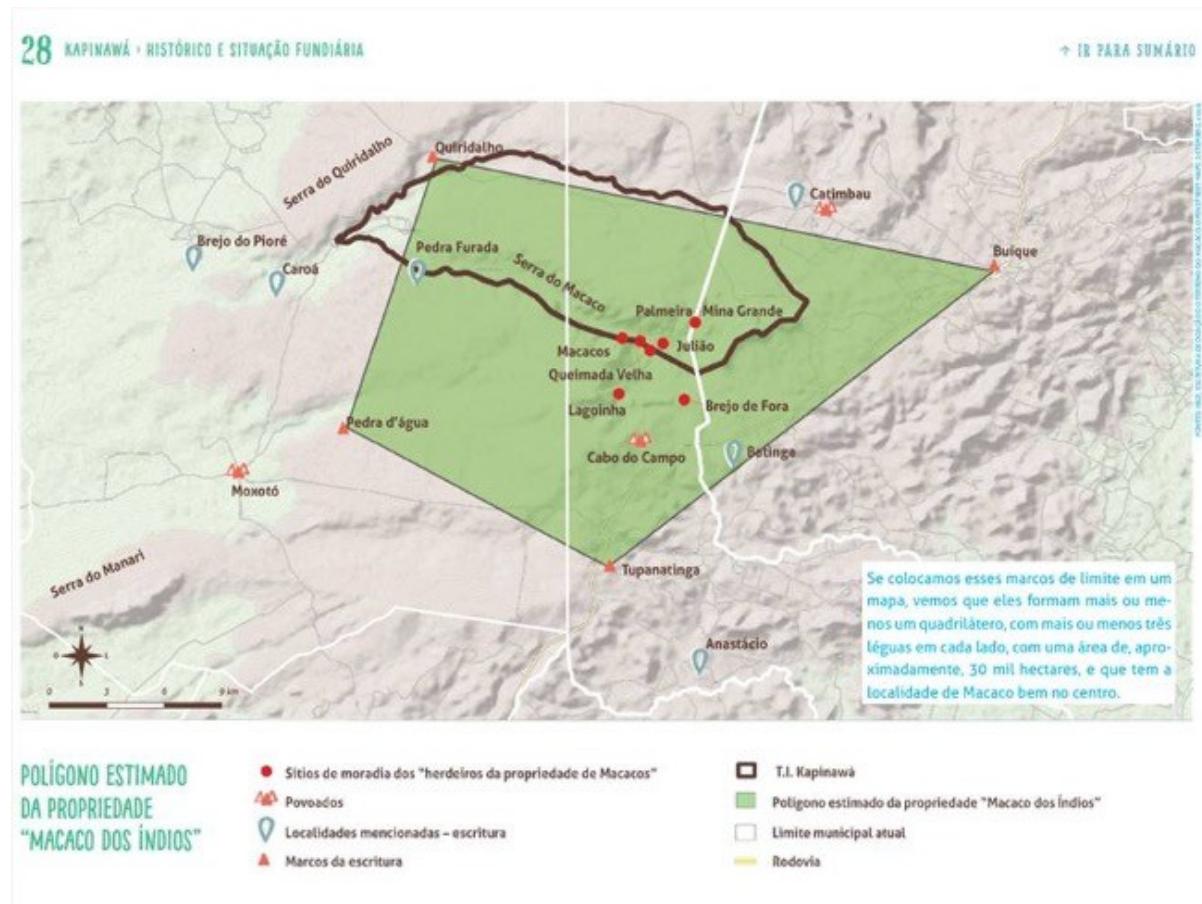
Na sequência, o material apresenta aspectos da história e da situação fundiária, trazendo informações gerais sobre o histórico de formação do território kapinawá, bem como traz um apanhado da situação fundiária do TI. Citamos uma questão relevante no texto que se constrói no livro: a memória para o levantamento e salvaguarda da história dos kapinawá, refletindo também a história dos povos indígenas no presente. Os autores citam a contribuição do indígena, Firmino Gomes da Silva (Seu Firmino), que confirmaria a presença dos kapinawá na Guerra do Paraguai, e que esta participação garantiria a terra aos indígenas e seus descendentes (Andrade; Dantas, 2017). O texto e sua análise da memória dos kapinawá, bem como de outros povos, que teriam participado da Guerra, serve de subsídio para criação de um pensamento coletivo que se constitui como aspecto de identidade. Johannes Fabian, pensando sobre a noção de tempo e memória numa lógica etnográfica, aponta que

A reflexividade se baseia na memória, ou seja, no fato de que a localização da experiência em nosso passado não é irreversível. Temos a habilidade de apresentar (tornar presentes) nossas experiências passadas a nós mesmos.

Mais do que isso, essa habilidade reflexiva nos permite estar na presença de outros precisamente na medida em que o Outro se tornou o conteúdo de nossa experiência (Fabian, 2013, p. 118)

A consideração das memórias como fundamentais a construção de uma história dos povos indígenas tem sido um método e um campo de pesquisa de vários autores no Brasil e no mundo. Como confirma a historiadora indígena Márcia Mura, “para os povos indígenas lembrar é um ato sagrado e manter uma memória é condição para a existência e diferenciação do povo indígena diante da sociedade não indígena (Mura, 2016, p. 30). Para além desse ponto importante, esse espaço do material apresenta, com base em documentos históricos, dessa doação pela Guerra, uma espacialidade de território maior do que a atualmente garantida, como mostra o mapa abaixo:

Figura 03: Mapa do Território Indígena Kapinawá doado em reconhecimento pela participação na Guerra do Paraguai



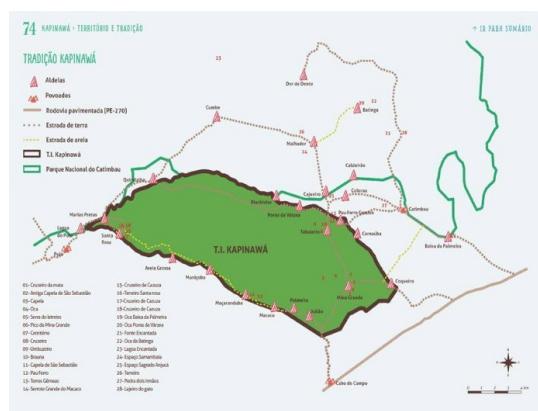
Fonte: O tempo e a Terra: mapeando o território indígena Kapinawá. (2017, p. 28)

O capítulo intitulado “O tempo e a terra” traz informações sobre o território kapinawá: o acesso à água, o índice de chuvas e as mudanças climáticas e como esses fatores afetam as famílias. Além disso, apresenta informações sobre a caatinga, seus animais, frutos e os diversos usos que são feitos dela, sendo tudo representado cartograficamente. Destaca-se, a valorização da sabedoria ancestral no cuidado com a terra, do que dela pode ser construído, onde encontrar a água e como fazer uso desta em relação ao clima semiárido da região.

Expandindo ainda mais a importância do mapeamento cultural, nesse trabalho realizado pelos Kapinawá, encontramos um espaço denominado “Território e Tradição”, dedicado à reflexão e à apresentação de aspectos ligados ao território e à religião, aos locais sagrados e à produção de bens materiais significativos do ser indígena desse povo.

Destacamos o mapeamento dos locais sagrados apontando, histórica e arqueologicamente, a importância dele para afirmação desse povo, algo que se reflete em outros grupos indígenas no país, inclusive quando a emergência de reconhecimento desses contemporaneamente. Segundo Estevão Palitot e Marcos Albuquerque, em seu relatório sobre os indígenas do Nordeste, os Kapinawá “afirmam que os inúmeros sítios arqueológicos existentes nas furnas da região são espaços sagrados, habitados pelos espíritos de seus antepassados.” (Palitot; Albuquerque, 2002, p. 79). Um “lugar encantado, conforme a tradição oral” (Mura, 2016, p. 657), resguardado pela memória e confirmado nas marcas deixadas nas paredes pelos ancestrais indígenas.

Figura 04: Mapa do Território Indígena Kapinawá, tradição e espaços sagrados



Fonte: O tempo e a Terra: mapeando o território indígena Kapinawá. (2017, p. 74)

A última parte do material trata sobre as “Aldeias de Ibimirim”, apresentando informações sobre a parte do território que possui o pleito de regularização fundiária mais recente. Segundo os autores, essas localidades estão em processo de reconhecimento étnico e de territorialização desde os últimos anos da década de 2000 (Andrade; Dantas, 2017). Além da expressão da mobilização pela terra, um ponto a se destacar nessa seção do mapeamento diz respeito ao elemento primordial para o (auto) reconhecimento como indígena Kapinawá, que está na dimensão do sagrado, da religião. Nesse território, a presença dos terreiros e a ligação com antigos mestres das ciências rituais marcam a identidade indígena, fortalecendo a ligação com a terra e a necessidade de preservação dos espaços sagrados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando pensamos numa historiografia dos e para os povos indígenas no Brasil, precisamos estar dispostos à aceitação da complexidade que envolve essas histórias e compreender que uma perspectiva puramente tradicional não atende às necessidades dessas. Nesse sentido, como dito anteriormente, é preciso a aproximação com outras ciências sociais, como a antropologia, a sociologia e a geografia, por exemplo, para dar conta do que porventura venha o historiador a encontrar. Evidentemente, a ciência histórica precisa ser base e alicerce da construção dos sentidos passados e presentes.

Dessa forma, permitir outras visões, alternativas epistemológicas ao fazer histórico é necessário e urgente. Uma dessas alternativas estaria na lógica da “cosmo-história” de NAVARRETE LINARES (2020), provocando uma análise histórica que considere os pesquisados como pesquisadores, e assim aprender outros sentidos para pesquisa. Ainda mais, direcionarmos o olhar para autores indígenas que descrevem, de maneira mais próxima, os sentidos das histórias de seu povo ou de seus parentes, como Edson Kayapó (2020) e Márcia Mura (2016), entre outros, que têm reescrito a história dos povos indígenas no Brasil.

Percebemos que os conceitos de “territorialidade ou territorialização”, bom como o de “localidade indígena”, vêm sendo ressignificados ao logo do tempo. A importância dessas para novas abordagens sobre a história dos povos originários é de grande valia, considerando a complexidade própria dessas historiografias.

Nesse sentido, técnicas como o mapeamento cultural, histórico, cartografia social tornam-se fundamentais para o registro e marcação no tempo de uma historiografia dos povos originários. Ele possibilita a valorização da identidade cultural das comunidades ao fortalecer e reconhecer suas tradições e modos de vida. Colabora também com a preservação do patrimônio ao documentar saberes, práticas e locais sagrados. Além disso, reafirma as ligações de território ao permitir um entendimento das relações dos povos indígenas com suas terras, incluindo o uso dos recursos naturais e a gestão de seus territórios. Para além, o mapeamento pode ser uma ferramenta de mobilizações por direitos territoriais e sociais, aumentando a visibilidade das comunidades indígenas nas políticas públicas.

Ainda, o mapeamento cultural serve como um recurso educativo para promover a sensibilização sobre a diversidade cultural e os desafios enfrentados pelos povos indígenas. Esse conhecimento pode ser transmitido tanto na escola indígena, quanto fora dela, enquanto temática indígena na sala de aula, como afirmou Edson Kayapó: “os povos originários são condenando-os a um passado longínquo da história nacional, enquanto suas concepções cosmológicas e saberes indígenas são transformados em folclore, entendidos como lendas” (Kayapó, 2020). Nesse sentido, Edson Silva (2012, p. 221) corrobora que “o ponto de partida para o ensino crítico da temática indígena consiste em considerar sempre a atualidade dos povos indígenas. Ou seja, por meio de usos de mapas para localização dos povos indígenas atuais, desvincular a ideia de passado colonial em que todos os índios supostamente foram exterminados.”

Dessa forma, projetos como “O tempo e a Terra: mapeando o território indígena Kapinawá”, não somente contribuem diretamente para o registro das culturas desse povo, como também se tornam elementos indispensáveis para a aprendizagem consciente. Seu impacto não se dá somente naqueles que compartilham de seus espaços geográficos, mas alcança todo aquele que deseja mergulhar na paisagem, tradição, trabalho, mobilizações e na história do povo Kapinawá.

## REFERÊNCIAS

- ACTBRASIL. **Metodologia de mapeamento cultural colaborativo.** – Brasília: ACT Brasil, 2008. Disponível em: <https://ecam.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Manual-de-mapeamento-cultural-colaborativo.pdf> Acesso: 11 abr. 2024.
- ALMEIDA, M. R. C. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, no 2, 2012. p. 21-39.
- ANDRADE, Lara Erendira Almeida de. **Kapinawá é meu, já tomei, tá tomado: organização social, dinâmicas territoriais e processos identitários entre os Kapinawá.** Dissertação de mestrado. João Pessoa: Programa de Pós-graduação em Antropologia – PPGA /UFPB, 2014.
- ANDRADE, Lara Erendira Almeida de; DANTAS, Marcelino Soyinka Santos. **O tempo e a Terra: mapeando o território indígena kapinawá.** CCLF. Olinda, 2017.
- ANDRADE, Lara Erendira Almeida de. Povos indígenas, mapeamentos participativos e política de gestão territorial: o caso do semiárido brasileiro. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v. 1, n. 52, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21680/2238-6009.2018v1n52ID13915>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- BALANDIER, G. A noção de situação colonial. **Cadernos de campo**, [s.l.], n. 3, p. 107–131, 1993.
- BARBOSA, R. P. A cartografia do Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. In: IBGE. **Mapa etnohistórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. p. 19-23.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. p.41-78.
- CAVALCANTE, Heloisa Eneida; LARANJEIRAS, José Augusto; ANDRADE, Lara Erendira Almeida de. **Kapinawá território, memórias e saberes.** Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2016.
- COLUCCI, Danielle Gregole; SOUTO, Marcus Magno Meira. Espacialidades e territorialidades: conceituação e exemplificações. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 07, p 114-127, janeiro-junho de 2011.
- DAMASCO, Fernando; ANTUNES, Marta. Encontro de Geografias no mapeamento censitário de localidades indígenas e quilombolas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **R. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, p. 2-24, jul./dez. 2020.
- DANTAS, M. A. Uma História com o Outro: povos indígenas na historiografia brasileira. In: BARROS, J. D. (org.). **A historiografia como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 329–360.
- FABIAN, J. O Tempo e o Outro emergente. In: FABIAN, J. **O Tempo e o Outro. Como a Antropologia Estabeleceu seu Objeto.** Petrópolis: Vozes, 2013, p. 39-70.

IBGE. Resolução n. 99 de 25 de julho de 1941. In: **Boletim Geográfico**, ano II, n. 14, maio, 1944. Disponível em:  
<https://memoria.ibge.gov.br/images/memoria/publicacoes/Coletanea-Legislacao-IBGE.pdf>  
Acesso: 11 jul. 2024.

IBGE. Censo Demográfico 2022 – **Indígenas**. Primeiros resultados do universo. Brasília. Brasil. 2022. Disponível em: [https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2023-8/liv102018\\_1.pdf](https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-8/liv102018_1.pdf).- Acesso: 15 jun. 2024.

KOSELLECK, R. Sobre a indigência teórica da ciência da história. In: KOSELLECK, R. **Estratos do Tempo - Estudos Sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 277-294.

LOPES, Rhuan Carlos dos Santos; BELTRÃO, Jane Felipe. Alteridade e consciência histórica: a história indígena em seus próprios termos. In: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes. (org.). **Amazôncias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades**. Rio de Janeiro: Mórula, 2017, v. 1, p. 16-26. Disponível em:  
<https://www.abant.org.br/files/CAP-101776149.pdf> Acesso em 29 jan. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Povos indígenas e novas experiências urbanas na América portuguesa**: reformismo pombalino, participação política e pesquisa em rede colaborativa. Espaço Ameríndio. Porto Alegre. V. 17, n.1, jan./abr. 2023. p. 235-268.  
<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/130782/88555> Acesso: 16 ago. 2024.

MURA, Márcia Nunes. **Tecendo Tradições Indígenas**. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - São Paulo, 2016. 821 f. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18082016-134231/publico/2016\\_MarciaNunesMaciel\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18082016-134231/publico/2016_MarciaNunesMaciel_VCorr.pdf) Acesso: 15 out. 2024.

NAVARRETE LINARES, Federico. “Hacia una cosmohistoria: las historias indígenas más allá de la monohistoria occidental”. In: SIMSON, Ingrid; ZERMEÑO PADILLA, Guillermo (coord.). **La historiografía en tiempos globales**. Berlim: Edition Travnía, 2020, p. 227-252.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro. Contracapa, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

PALITOT, Estevão Martins; ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre Santos. Índios do Nordeste (AL, PE e PB). **Relatório de viagem**. Campina Grande: Laboratório de Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. p. 55-152.

SAMPAIO, J. A. L. **Notas sobre a formação histórica, etnicidade e constituição territorial do povo Kapinawá**. São Paulo, 1995.

SAMPAIO, J. A. L. **História indígena e legitimação de povos indígenas “emergentes” no Nordeste: o caso Kapinawá.** FUNAI. DEDOC-Biblioteca Curt Nimuendaju. FO-CX.37 – 2777, 15p. 1997. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto37/FO-CX-37-2277-97.PDF> Acesso em: 01 set. 2024.

SEIXLACK, Alessandra G. C. Um fazer histórico xamânico: o potencial cosmo-histórico de reconectar territórios no Antropoceno. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, set./dez. 2023. p. 725-746. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/cGzVp97sbwhCwCWYrCMb6zq/> Acesso: 25 jan. 2025.

SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 213-223, 2012.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

#### DADOS DE AUTORIA

Jaelson Gomes de Andrade Pereira

Possui Licenciatura em História - AESA (Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde) 2009; Especialista em História e Cultura Africana e Afro-brasileira - UCAM (Universidade Cândido Mendes) 2012; Mestre em Cultura Africana, da Diáspora e dos Povos Indígenas - UPE (Universidade de Pernambuco) 2022. Atualmente é Doutorando em História PGH - UFRPE; Professor da SEDUC-PE - EREM Carlos Rios; e Professor do Centro de Ensino Superior de Arcoverde – CES. E-mail: [profjaelsongap@gmail.com](mailto:profjaelsongap@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8004-8271>.